

O populismo como ideologia: elementos para crítica e reflexão do caso brasileiro

Debate o discusión en teoría social

GT33: Sociologia do Desenvolvimento

Rodrigo Pereira CHAGAS
Aline de Vasconcelos SILVA

Resumo

O objetivo desta comunicação é indicar elementos que contribuam para uma análise crítica da categoria analítica denominada *populismo*. Trata-se, basicamente, de apontamentos, não apenas para uma crítica de seus aspectos teórico-metodológicos, mas, também, das funções sociais desempenhadas pela categoria enquanto expressão ideológica.

Palavras-chave: populismo, ideologia, autocracia burguesa.

Introdução

A crítica da chamada “teoria do populismo” já possui, hoje, bases bastante sólidas: tanto por sua face teórica, como, principalmente, pelo fato de que a própria história deu provas de sua falência enquanto recurso analítico.

Contudo, disso não decorre que o populismo, enquanto categoria explicativa, tenha sido, de fato, superado. Alastrado por obras e autores, o termo ganhou nuances e redefinições diversas – em algumas mãos e em dados contextos, teve seus aspectos débeis relativamente compensados ou tornados secundários; já em outras, seus elementos mais simplistas acabaram exacerbados.

De qualquer forma, com graus maiores ou menores de falseamento, a categoria ganhou concretude ao influir na história; e é justamente esta característica que a torna uma expressão ideológica. Poucas foram as produções teóricas que ganharam uma recepção tão ampla e tornaram-se hegemônicas durante tantos anos quanto a categoria populismo no Brasil.

Ao que nos parece, este é um dos aspectos mais significativos da problemática e sobre o qual pouco a crítica tem se debruçado: por que afinal categoria populismo fez tanto sucesso e perdura como referência teórica por tanto tempo? Ainda que seja uma categoria de extração claramente liberal – uma vez que tende a estabelecer a democracia liberal como modelo analítico e finalidade prática –, tem ocupado o repertório de pensadores de grande envergadura intelectual vinculados ao marxismo. Mas, por quê?

A hipótese aqui trabalhada é a de que, apesar de expressar um problema estrutural do capitalismo brasileiro, o populismo da forma como é geralmente abordado tende a ser falseado – pois aparece desarticulado dos complexos que estruturam a particularidade do capitalismo nacional – e funcionalizado como expressão politicista, é dizer, que atribui à política o caráter de uma esfera autônoma, tomada como momento determinante da reprodução da vida social. Com isso, as mediações necessárias para uma análise adequada das relações societárias são apagadas.

Destarte, é necessário considerar que dificilmente uma categoria analítica, que atravessa os vários contextos históricos do capitalismo brasileiro, ganharia tanta força se estivesse restrita a uma mera incorreção. O populismo, na verdade, corresponde a uma categoria falsificadora (parcial,

incompleta), na medida em que restringe a atividade teórica e prática, mas que, ainda assim, nasce de um problema real e aponta saídas para tal problema.

É neste sentido que definimos a categoria populismo como expressão ideológica. Pontue-se: não estamos pautados na diferenciação corrente que separa “ciência” e “ideologia” como esferas autônomas e excludentes, tomando a primeira como verdadeira e neutra e restringindo a segunda à representante da falsidade, própria das volições políticas. Tal separação estabelece a ideia de que a ciência é desinteressada, enquanto a política, como fruto do interesse, pode ser manipulatória ou ingênua, mas não prima pela verdade (Cf. CHASIN, 2009).

Partilhando da concepção lukacsiana, expressa em “Para uma ontologia do ser social”, podemos afirmar que compreendemos ideologia como pensamento interessado, voltado à ação, seja ele falso ou verdadeiro. Espécie de pensamento que pode ser originado no senso comum, na ciência, na política, na religião, ou seja, na esfera humana da ideação, mas que cumpre funções sociais ao conduzir à ação. Sendo assim, em uma sociedade de classes, a ideologia intervém direta ou indiretamente nas lutas de classes.

Neste sentido, não basta nos restringirmos ao resgate crítico da categoria em suas “limitações” teórico-metodológicas, mas também devemos estender a crítica às funções sociais que tal categoria realiza ao oferecer respostas, ao tornar-se “força material quando penetra nas massas” (MARX, 2005, p. 151). Sendo assim, buscamos compreender a quais necessidades histórico-societárias essa teoria tem dado suporte, quais classes sociais tem favorecido, etc.

Em resumo, consideramos ideologias – formas de pensamentos que conduzem à ação – como produtos históricos que expressam a unidade orgânica entre o indivíduo e sua atividade no mundo. Suas expressões podem assumir graus variados de sofisticação e/ou consciência, ou ainda, partir de diferentes suportes teóricos e momentos distintos da reprodução social. Sendo assim, a superação desta categoria, não corresponde a um mero exercício teórico, mas corresponde à superação de uma determinada prática social, de limites de um dado posicionamento social, que atualiza os indivíduos em suas ações práticas no mundo, influenciando na reprodução de sua existência (VAISMAN, 1989, p. 421).

A crítica ao populismo

O primeiro trabalho de fôlego a realizar uma crítica teórico-metodológica do populismo no Brasil de que temos notícia é o de Rubem Barboza Filho, em sua dissertação de mestrado, *Teoria do Populismo: uma revisão*, de 1980. Nele, o autor não poupa esforços para buscar os antecedentes teóricos do populismo, passando em revisão a própria trajetória da fundamentação teórica da *democracia-liberal*. Isto porque, são principalmente se comparando com o modelo ideal de democracia-liberal, que surgem categorias que procuram explicar os fenômenos políticos dos países subdesenvolvidos: o populismo, o autoritarismo e o totalitarismo.

É importante ressaltar, seguindo o texto de Barboza, que a tipificação da “democracia liberal”, ao contrário da proposta weberiana de tipos ideais, não se torna meio de análise, mas sim a finalidade última da reconstrução teórica e o sentido do *desenvolvimento social*.

No Brasil, a chamada “teoria do populismo” ganha dimensão teórica em um momento ascendente das Ciências Sociais na América Latina como um todo, entre os anos 1950 e 1960. Mas, vale ressaltar que ela surge primeiramente – já nos anos 1940 – na prática política cotidiana “como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico” (FERREIRA, 2001, p. 9).

Mas, no contexto em que se alça à categoria explicativa, está em pauta um amplo debate sobre as mudanças sociais na América Latina, que ganha expressões variadas, as quais se influenciam mutuamente – debate aliás que estava no cerne da “modernização” das Ciências Sociais latino-

americanas. Nesta conjuntura, destacam-se como principais formuladores da teoria do populismo: Gino Germano e Torquato di Tella (Cf. MARSAL, 1967).

A compreensão mais generalizada na América Latina é a estabelecida por Germani, que se volta muito mais para o caráter autoritário ou ditatorial do populismo, colocando em segundo plano os elementos nacionalistas, desenvolvimentistas e antiimperialistas que os chamados “governos populistas” apresentavam (Ver IANNI, p. 29).

No Brasil, a problemática do populismo começa a ser explorada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como crítica ao conservador Adhemar de Barros, candidato em potencial para as eleições de 1955, num livro voltado para as classes populares intitulado *O que é o ademarismo?* (GOMES, 2001, pp. 24-25). Contudo, não será através da intervenção do ISEB que o populismo se torna hegemônico dentro da academia brasileira. Mesmo porque, ironicamente, o próprio Instituto passará a ser visto como expressão do populismo (PÉCAULT, 1990, p. 173 e p. 205). Caberá à chamada “analítica paulista” a disseminação desta categoria:¹

A primeira fase [da “teoria do populismo”] cobriria a produção inicial de Weffort, Ianni, Leôncio M. Rodrigues e outros. O segundo momento teria sido mais desenvolvido por Weffort e Alvaro Moisés, enquanto o último receberia recorte decisivo com Francisco de Oliveira e Régis de Castro Andrade (BARBOZA FILHO, 1980, pp. 176-177).

Francisco Weffort será o mais conhecido dentre os teóricos do populismo. Em artigos publicados já na década de 1960, e que posteriormente comporiam o livro *O populismo na política brasileira*, destacou a manipulação e dominação exercidas pelos líderes populistas demagogos sobre a classe trabalhadora recém constituída e na qual os princípios democráticos ainda não haviam findado raízes (WEFFORT, 2003).² Weffort será o responsável por constituir o núcleo-base de referências para as análises posteriores do populismo, tendo como um dos pontos principais a reedição de procedimentos liberais, ainda que tomasse como referência elementos do marxismo. Dessa forma,

Reedita-se o procedimento liberal de eliminação das classes do horizonte teórico, embora esta eliminação busque se fundamentar no próprio marxismo. Da mesma forma que Arendt e Weber, afirma-se a classe no econômico para negá-la no social e político. A argumentação reducionista aparentemente mantém esta negação no interior da teoria marxista, afirmando que a uma classe em formação corresponderia um comportamento político imperfeito, ou seja, de massa (BARBOZA FILHO, 1980, p. 186).

A mesma tendência é encontrada em outra importante referência sobre o tema, Octavio Ianni. Em *O colapso do populismo* (IANNI, 1968), escrito entre 1966 e 1967, Ianni, ao mesmo tempo em que enfatiza as contradições geradas pelo desenvolvimento urbano-industrial brasileiro e pela inserção das “massas” no âmbito político – que acabam por manifestar interesses opostos aos da classe dominante –, ressalta também o caráter conservador do golpe militar que teria sido desfechado contra as reformas propostas por João Goulart e a ampliação de direitos às camadas populares.

Neste livro, a utilização da categoria populismo não impede o autor de diferenciar os “projetos de desenvolvimento” do período da industrialização brasileira, na medida em que aborda a problemática em seu viés econômico, traçando diferenças fundamentais entre os projetos desenvolvimentistas de Getúlio Vargas (modelo de substituição de importações) e Juscelino

Kubitschek (associado ao capital estrangeiro). Contudo, o autor mantém a posição sobre a política já estabelecida nos textos de Weffort.

Ao institucionalizar-se, compondo a explicação acadêmica do pré-64, a ideia de populismo realiza um movimento de pinça: por um lado encontrou bases no senso comum desde, pelo menos, os anos 1940; e, por outro, ao ser alçada à teoria acadêmica, sedimentou tanto na imprensa como “na dimensão imaginária de gerações de alunos de cursos de níveis médio e superior na área das ciências humanas, a ideia de que teria existido um ‘populismo na política brasileira’” (FERREIRA, 2001, p. 10).

Nesta construção, que transita numa via de mão dupla entre o senso comum e a academia, “o político populista [...] surge como um personagem que agiria de má-fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo”. Em uma ótica mais ampla, cria-se “um cenário de ‘populistas’ e ‘pelegos’, eis a imagem que temos da política brasileira entre 1930 e 1964” (FERREIRA, 2001, pp. 8-10).

Daí decorre uma série de desdobramentos lamentáveis que, no limite e paradoxalmente, podem justificar a supressão do voto em nome da “boa política”. Desta forma, o princípio da classificação, que identifica a categoria na experiência brasileira, acabou por ser associado a um critério de valor que hierarquiza e condena *in totum* o populismo e tudo que ele possa adjetivar (GOMES, 2001, p. 21).

Dá-se continuidade, desta forma, a uma velha forma de tratar a história dos trabalhadores no Brasil: diagnosticando a origem de todos os males do país em “uma relação desigual, destituída de reciprocidade e interlocução”, pautada em uma classe trabalhadora débil e uma sociedade civil gelatinosa; ao mesmo tempo em que se atrela a “um certo tipo de marxismo que defendia um modelo de classe trabalhadora, uma determinada consciência que lhe respondia e um caminho, único e portanto verdadeiro” (FERREIRA, 2001, p. 62).

Assim, enquanto referencial analítico, a “teoria do populismo” se estabeleceu como tipificação, através da qual as pesquisas sobre o período, na maior parte das vezes, acabam engessadas pelas características básicas que definem o paradigma do populismo e contrapostas a um ideal de democracia-liberal. Dessa forma, ao identificar e classificar o objeto pesquisado ao paradigma do populismo, inviabiliza o desvendamento da particularidade do discurso dos vários agentes que compuseram o período. Tende-se, portanto, a afirmar a universalização da categoria em contraposição à lógica do objeto analisado.

Em resumo, as críticas direcionadas ao conceito “populismo” demonstram que se trata de um conceito falsificador, pois, ao servir como mediador teórico, acaba por distorcer as particularidades históricas, principalmente porque seus propósitos políticos servem amplamente como modelo analítico, apresentando um arquétipo de democracia-liberal que servirá para identificar e classificar elementos de forma genérica e, ainda que haja um flerte com o pensamento marxiano, este tende a ficar adstringido a uma “modalidade epistêmica de aproximação”; ou seja, “operações redutoras que perfilam uma versão do marxismo circunscrito à condição lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou perdido o centro nervoso do pensamento marxiano” (CHASIN, 2001, p. 7).

O governo João Goulart e os limites do populismo

No Brasil, o governo de João Goulart está inscrito num momento de constante ameaça da ordem legal. O período que se segue ao Estado Novo, de Vargas, chamado pelos historiadores Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado de “o tempo da experiência democrática”,³ não transcorreu livre de

tentativas de golpe de estado – como nos mostra o próprio Ferreira, em seu artigo *Crises da República* (FERREIRA, 2008). Grupos contrários à implementação de um projeto nacionalista e de ampliação da participação popular – como o defendido pelo presidente João Goulart – se articulavam para alcançar o poder político, inclusive por meios golpistas, caso os considerassem necessários.

Não obstante as reiteradas manifestações de Goulart em defesa da “ordem democrática”, a imprensa conservadora continuava a acusá-lo de não zelar pela democracia, que, segundo afirmavam os jornais conservadores, estaria sendo ameaçada pela mobilização de “multidões envenenadas”.

Contudo, naquele momento, o presidente não dispunha de variadas opções de ação política: no Brasil de então, somente os setores à esquerda ainda se dispunham a defender o projeto reformista de Jango. Como assinala Jorge Ferreira, naquela conjuntura de radicalização política e de crise econômica – agravada pela decisão dos Estados Unidos em “continuar a apertar o torniquete financeiro sobre o país” –, as alternativas de Goulart eram restritas. Reprimir os únicos setores que ainda defendiam suas propostas significaria abrir mão de tudo o que havia defendido ao longo de sua trajetória.

Apesar do avanço das pesquisas recentes sobre o período e sobre o governo João Goulart, muitas delas, ainda que façam uma crítica geral ao populismo, tendem a manter intacto o núcleo estruturador da categoria, que é seu arquétipo de democracia-liberal. Deixando em segundo plano, ou até mesmo desconsiderando, as particularidades da posição de João Goulart, de sua proposta reformista, bem como da conjuntura política econômica enfrentada pelo Brasil naquele momento, tais análises acabam por destacar a ideia de que havia uma postura geral de “desapego à democracia”, por parte de todos os grupos políticos da época, inclusive por parte do presidente – o que, aliás, não se confirma ao analisarmos a totalidade dos discursos de João Goulart.

Ao afirmar que a falta de moderação ou o radicalismo na luta pelas reformas teriam resultado no golpe de Estado e propor que o projeto reformista deveria ser mantido dentro dos limites da “ordem instituída”, esses autores desconsideram o fato de que reformas moderadas são incapazes de “transcender as dimensões formalistas que caracterizam, em profundidade, os regimes democráticos no capitalismo dependente e periférico” (TOLEDO, 2004, p. 47).

A não superação do “arquétipo” da democracia-liberal leva a desconsideração da possibilidade de construção de uma democracia-popular, com ampla participação das massas e que promovesse, de fato, uma ampliação das conquistas sociais. Essa era justamente a possibilidade que grande parte dos setores de esquerda almejava concretizar no período pré-64.

É importante ressaltar que a participação das massas trabalhadoras na vida política do país, através das organizações sindicais, populares e de esquerda nunca fora repudiada ou reprimida por Jango. E essa postura não se limitou aos momentos em que recebia apoio dos movimentos populares; foi mantida, também, quando deles recebia críticas e cobranças, ou ainda quando seus opositores o acusavam de nada fazer diante da “ameaça” que tais movimentos representariam à democracia representativa.

Apesar dos enormes problemas e pressões com as quais seu governo foi obrigado a lidar, Jango, em seu discurso e governo, seguiu, com coerência, o nacionalismo varguista, no qual se apoiou ao longo de toda a sua carreira. Ainda que tenha chegado a transigir em algumas situações – almejando negociar soluções entre partes divergentes –,⁴ nos momentos decisivos, Goulart marcou posição em defesa dos interesses nacionais e das demandas populares; descartando soluções que, em troca de estabilização econômica e mesmo política, implicassem na subordinação do país aos interesses externos e/ou no achatamento de salários e direitos dos trabalhadores brasileiros.

Tal postura rechaça as afirmações de que seu discurso nacionalista e de direitos sociais seria “mera” demagogia. Conforme insiste a “teoria do populismo” ao enquadrar o presidente Jango como demagogo, descarta-se toda sua tradição política, ou melhor, toda a base ideológica sobre a qual Goulart sustenta suas ações. Fixando-se em um ideal de trabalhador e em um ideal de democracia

burguesa, essa teoria acaba por descartar os trabalhadores reais, bem como a possibilidade de uma “democracia trabalhista” – o que, nos marcos históricos do Brasil, seria provavelmente um avanço.

O PT e a morte do populismo

Com o golpe militar de 1964 – e seu acirramento em 1968 – inaugura-se um novo momento histórico. Com o fim do chamado “milagre econômico” (1968-1973) os militares começaram a traçar sua estratégia de retirada de cena através de uma institucionalização “lenta, gradual e segura” da ditadura militar. Dentre as medidas de institucionalização, destaca-se a “manipulação dos partidos”, na medida em que permite o pluripartidarismo restringindo legendas e expressões políticas. Não só fragmentam a oposição, mas também reconvertem o governo: de suas expressões militares para expressões civis (Cf. FERNANDES, 1982).

Tal manobra nasce justamente em um momento de possível clivagem na ideia de uma “abertura lenta, gradual e segura”; ou seja, quando as greves dos metalúrgicos, realizadas entre 1978 e 1980 na região do ABC Paulista, surgem como um movimento autêntico da classe trabalhadora no Brasil, acompanhadas da compreensão de que esta classe necessitava de uma representação política efetiva, como vemos no manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 54).

O PT era visto desde o início como potencialmente e “naturalmente” um partido socialista, devido a suas origens; já que o Partido dos Trabalhadores “não saiu de dentro dos dois grandes partidos da ordem, que garantiam a ‘visibilidade democrática’ do regime ditatorial, para uso externo” (FERNANDES, 1989, p. 37). Ainda assim, o partido sempre deu espaço a um amplo leque ideológico, que foi “depurado” ao longo de sua escalada ao poder. Este leque de tendências parecia próprio da luta dos países subdesenvolvidos, uma vez “que na América Latina a fraqueza das classes subalternas acaba criando a necessidade de partidos que são frentes ideológicas e políticas que unem tendências diferentes” (FERNANDES, 1990).

Contudo, as greves dos anos 1970/80 tendiam a romper com a lógica ditatorial, o que era o mesmo que “romper com a burguesia reacionária e imperialista”. Deixava-se de lado o sindicalismo pelego, agravavam-se as tensões e assumia-se os riscos, de forma que

clareou-se o cenário histórico: chegara a hora decisiva de fundar um partido que pudesse reunir os dissidentes, somando todas as forças e ideologias – vindas do passado recente ou nascidas do presente – que estivessem voltadas para a formação de um arco operário orgânico (FERNANDES, 1989, p. 41).

Com isso, o surgimento do PT, segundo as teorias mais influentes sobre o tema, constituiria a própria superação das condições de existência do “populismo”; uma vez que a classe trabalhadora teria atingido certo patamar de consciência na luta de classe, não havendo mais espaço para a manipulação demagógica.

No entanto, na campanha política para a primeira eleição aberta depois de décadas de ditadura, a categoria populismo voltou a ganhar peso na história. Segundo as pesquisas da época, Lula aparecia com 12,1% (Gallup) e 16% (Ibope) das intenções de voto, logo atrás do candidato categorizado como “populista”, Leonel Brizola, com 12,3% (Gallup) e 17% (Ibope) (POMAR, 1990, p. 47).

A estratégia adotada pelo PT foi a de “combate intransigente a Brizola” e, assim, “a onda para bater em Brizola como adversário principal subiu muito e até ameaçou inundar a campanha” (POMAR, 1990, pp. 57-58). Ainda que tal estratégia tenha sido acolhida pelo PT, dada a conjuntura política como um todo, em especial pela suposta falta de candidatos fortes da direita, a categoria por meio da qual se

visou desqualificar Brizola foi a ideia de que se tratava de um demagogo populista e que a classe trabalhadora não se deixaria enganar.

Assim, Leonel Brizola, político dos mais combativos contra a subordinação do Brasil ao imperialismo norte-americano, vinculado ao trabalhismo e ao legado getulista, que havia sido impedido pela ditadura de recuperar a legenda histórica do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por isso criara o Partido Democrático Trabalhista (PDT), é tachado como oportunista demagogo: populista.

Considerações Finais

Historicamente, convém demarcar três momentos históricos distintos em que a categoria populismo ganha grande relevância ao influir nas tomadas de decisões na política brasileira. Primeiro, o populismo passa a ser utilizado, no Brasil, por políticos – e penetra no senso comum – justamente ao final do Estado Novo, como forma das classes conservadoras estigmatizarem a aproximação de Getúlio Vargas com a população (SODRÉ, 1997, p. 138). Mas, vai ganhar maior densidade a partir dos anos 1950, com o segundo mandato de Vargas, tendo o uso estendido também a outras figuras políticas.

Seu segundo momento fundamental se dá nos anos 1960, quando a ideia de populismo ganha estatuto científico no Brasil, mas mantendo uma função ativa na história política; principalmente, favorecendo o golpe de 1964, que derrubou o governo de João Goulart, amplamente atacado como populista e comunista pelas classes conservadoras. Nestes sentidos, o populismo se mescla ao quadro do anticomunismo, amplamente propagado desde aquela época.⁵

Em linhas gerais, a função que o populismo representou no pré-64 foi, primeiro, a de desqualificação política que compunha o coro anticomunista. Seu aproveitamento na academia, ao ser encampado por posições diametralmente opostas – desde os defensores de um arquétipo de democracia-liberal até uma esquerda limitada por “radicalismo puramente subjetivo” (FERNANDES, 1979, p. 22) – acabou por, em conjunto, negar apoio ao governo João Goulart e, conseqüentemente, obstruiu a criação de espaço e referências para a construção de uma possível democracia popular, que, está claro, não visava romper com o capitalismo, mas representava um caminho para um avanço social através da consolidação de um capitalismo “autônomo” no Brasil.

Ou seja, perdeu a particularidade do processo histórico brasileiro e, em boa parte, latino-americano, na medida em que não teve condições de observar e traduzir socialmente, que, por exemplo, “as contradições da América Latina com os Estados Unidos levaram o nacionalismo, que na Europa constitui expressão política da direita, a manifestar-se, em países daquela região, como força de esquerda, mesmo quando usou a retórica do nazifascismo” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 36).

É após o período ditatorial que pontuamos o terceiro momento de nossa exposição; quando a ideia de populismo voltou a exercer influência decisiva na história nacional, mas agora com um papel fundamental nas lutas pela reorganização da esquerda nos anos 1980. A ideia de populismo agora afasta a “nova esquerda” de pactuar com representantes do “velho populismo”; e assim o foi, como fica claro com a não unificação entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola desde o início da campanha de 1989 – fato que facilitou a vitória do candidato apoiado amplamente pelos setores conservadores, Fernando Collor de Mello.

O fato central que atravessa essa trajetória é que a burguesia brasileira nunca foi capaz de sustentar um projeto de reformas estruturais e de democracia-popular como o proposto por Goulart; uma vez que, por sua debilidade econômica, mostra-se “incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática – porque incapaz de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se por à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas” (COTRIM, 2000, p. VII). Sendo assim, garante o exercício do seu poder

político de forma autocrática burguesa, ou seja, pela concentração de poder, privilégio e prestígio (CHASIN, 2000, p. 162).

E é se adstringindo a este limite que chega ao poder o PT com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva – tido por muitos como a verdadeira oposição à herança populista, o filho legítimo do Brasil e o portador fiel da “nova esquerda”.

Lula, uma vez no poder, manteve, em termos estruturais, o mesmo padrão de subordinação da classe trabalhadora, inclusive os principais elementos, como o imposto sindical, existentes desde o governo de Vargas e que por ele foram criticados em sua época de sindicalista,⁶ sem se furtrar de implementar padrões novos e mais complexos de subordinação.⁷ Neste caso, a demagogia, um dos pontos centrais da “teoria do populismo”, atingiu níveis “nunca antes vistos na história do país”: o presidente sobe ao poder, não apenas como representante do povo, mas *como* povo e governa, prioritariamente, para o grande capital. O novo sindicalismo, que encheu de esperanças a esquerda nacional, transmutou-se ao alcançar o poder, forjando uma das maiores conciliações políticas, mantendo a arcaica concentração de poder, riqueza e prestígio.

O título de populista chegou a ser utilizado tanto para o presidente Collor como para o presidente Lula, inclusive recentemente, ao defender o atendimento da demanda de gigantescos movimentos sociais que eclodiram no Brasil, no mês de junho deste ano. Políticos do PT como o prefeito de São Paulo Fernando Haddad e a presidente Dilma também foram tachados de populistas.

Essa recorrência ao populismo, ao que nos parece, expressa, sim, um traço estrutural-histórico que ultrapassa as várias conjunturas históricas mais fluidas. Este traço é justamente a necessidade de o capitalismo brasileiro permanecer subordinado ao interesse do grande capital. Ou seja, trata-se justamente de entender que a dominação no Brasil é incompatível com uma verdadeira democracia, isto devido à incapacidade da burguesia nacional promover uma democracia burguesa e, por outro lado, ter horror à possibilidade de uma democracia-popular.

Obviamente que este traço geral, não substitui a análise das várias conjunturas históricas particulares, mas tira delas sua legalidade. Compreensão que o populismo nunca conseguiu reter na análise do Brasil, apesar do esforço sincero e importante que vários autores realizaram ao tratar do tema.

Referências bibliográficas

- BARBOZA FILHO, Rubem (1980). *Teoria do Populismo: uma revisão*. Belo Horizonte: UFMG, dissertação de mestrado.
- CHASIN, J. (2000) A esquerda e a Nova República. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Ad Hominem.
- CHASIN, J. (2001). Rota e prospectiva de um projeto marxista. In: *Ensaio Ad Hominem. N. 1. Tomo IV. Dossiê Marx*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem.
- CHASIN, J. (2009) *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo.
- COTRIM, Livia (2000). O capital atrofico: da via colonial à mundialização (Apresentação). In: CHASIN, J. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Ad Hominem.
- FERNANDES, Florestan (1979). *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel.
- FERNANDES, Florestan (1982). *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- FERNANDES, Florestan (1989). O cerco ao PT. In: _____. *A constituição inacabada: Vias Históricas e Significado Político*. São Paulo: Estação Liberdade.
- FERNANDES, Florestan (1991). *Memória: Entrevista – Florestan Fernandes*. Teoria e Debate. N. 13, 1990. Versão eletrônica disponível em:

<<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/florestan-fernandes>>. Acesso em: 14. Mai. 2013.

- FERREIRA, Jorge (org.) (2001). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- FERREIRA, Jorge. (2008). Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (O Brasil Republicano; v. 3).
- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano (1989). *Pra que PT: origem projeto e consolidação do partido dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez.
- GOMES, Angela de Castro (2001). O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- IANNI, Octavio (1968). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, Octavio (1975). *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARSAL, Juan (1967). *Cambio social en América Latina: crítica de algunas interpretaciones dominantes en las ciencias sociales*. Buenos Aires: Solar/Hachette.
- MARX, Karl (2005). *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2009). *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (2011). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo.
- PÉCAULT, Daniel (1990). Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática.
- POMAR, Wladimir (1990). *Quase lá: Lula, o susto das elites*. São Paulo: Brasil Urgente.
- SILVA, Luis Inácio Lula (1981). *Entrevistas e discursos*. São Paulo: O repórter de Guarulhos.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1997). *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graphia.
- TOLEDO, Caio Navarro de (2004). 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In: *Revista Crítica Marxista* n. 19, out. 2004.
- VAISMAN, Ester (1989). A ideologia e sua determinação ontológica. In: *Revista Ensaio*, n. 17/18. São Paulo: Ensaio.
- WEFFORT, Francisco (2003). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Notas

¹ O grupo geralmente identificado como Escola Paulista de Sociologia é vinculado aos professores da Universidade de São Paulo que, capitaneados por Florestan Fernandes, desenvolvem um trabalho sistematizado entre 1953 e 1969. Dentre eles, destacam-se: Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Francisco Weffort, entre outros.

² A primeira edição data de 1978, embora muitos dos artigos tenham sido escritos ainda nos anos 1960.

³ Jorge Ferreira afirma o período como “o tempo da experiência democrática” em oposição à historiografia que o trata como “período populista”.

⁴ São exemplos dessas transigências: a aceitação da “solução parlamentarista”, a incorporação de demandas que atendessem o FMI no Plano Trienal, a possibilidade de pagamento de valor acima do avaliado na compra da AMFORP e o retardamento da regulamentação da Lei da Remessa de Lucros.

⁵ “O anticomunismo foi no Brasil, de meio século a esta parte, a tônica singular das campanhas liberticidas e retrógradas. O conceito de populismo acabou por se incorporar ao vocabulário delas. Refletia e reflete o horror que desperta a aproximação e a composição entre a burguesia e os trabalhadores, particularmente os operários” (SODRÉ, 1997, p. 142).

⁶ Em entrevista de abril de 1978, Lula declara: "A estrutura sindical brasileira dá a impressão de ter sido feita antes de existirem trabalhadores. Ela é totalmente inadequada. [...] O sindicato nasceu, no Brasil, não por vontade do trabalhador, mas por desejo do governo. É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado". (SILVA, 1981: p. 45)

⁷ "Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias [...] e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa" (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2011, p. 25).